

## XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

### GT 10 – Informação e Memória

#### INFORMAÇÃO AUDIODESCRITIVA: PERCURSOS DA ACESSIBILIDADE E DA MEMÓRIA

#### *AUDIO-DESCRIPTIVE INFORMATION: PATHS OF ACCESSIBILITY AND MEMORY*

**Tamires Neves Conceição** – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A sociedade desenvolve caminhos para trilhar a sua história e vale ressaltar que esses percursos nem sempre destacam a presença de todos os públicos nos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais constituídos. As pessoas com deficiência visual, na maioria das vezes, estão excluídas ou apenas integradas a esses percursos, por isso destaca-se a necessidade da Audiodescrição, que propicia autonomia e independência a pessoa com deficiência visual, realizando a tradução de signos visuais em verbais, nas cenas sociais. Objetiva-se compreender como é possível, por meio do conceito de informação audiodescritiva trilhar percursos que possibilitem uma política de acessibilidade e o desenvolvimento da memória do campo. Como problemática busca-se analisar o diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição em prol da disseminação da informação audiodescritiva, ampliando as políticas de inclusão social e acessibilidade em equipamentos culturais. Os caminhos metodológicos basearam-se na pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva, por meio do método de abordagem dialético materialista; as técnicas de coleta de dados utilizados foram baseadas na pesquisa bibliográfica e nos questionários *online*. Os resultados encontrados demonstram que ainda há um longo percurso para que os caminhos da acessibilidade e da memória da Audiodescrição estejam próximos do ideal e realmente auxiliem na inclusão social da pessoa com deficiência visual. Conclui-se que a Ciência da Informação com suas expertises na organização, representação e recuperação da informação pode dialogar com a Audiodescrição e ampliar as políticas de inclusão social e acessibilidade, por meio da disseminação da informação audiodescritiva.

**Palavras-chave:** audiodescrição; Ciência da Informação; memória.

**Abstract:** Society develops pathways to forge its history and it is worth noting that these pathways do not always involve the presence of all stakeholders in the established social, political, economic and cultural contexts. The visually impaired, in most cases, are excluded or only integrated to these pathways, which is the reason audio-description is so badly needed. It is an assistive technology that offers autonomy and independence to the visually impaired, translating visual signs into verbal ones, in social scenes. Objective is to understand how to make it possible, through the concept of audio-descriptive information, to forge pathways that enable a policy of accessibility and the development of memories. As an issue, the aim is to analyze the exchange between Information Science and Audio-description in favor of the dissemination of audio-descriptive information, expanding social inclusion and accessibility policies in cultural equipment. Methodologies used is based on qualitative,

quantitative and descriptive research, through the materialist dialectical approach method; the data collection techniques used were based on bibliographical research, online questionnaires and participant observation; the procedures applied to the collected data set were qualitative based on speech analysis. The findings demonstrate that there is still a long way to go for the pathways of accessibility and audio-descriptive memories to be close to the ideal and really assist in the inclusion of the visually impaired. It is concluded that Information Science, with its expertise in organization, representation and recovery of information may engage with audio-description and extend social inclusion and accessibility policies, through the dissemination of audio-descriptive information.

**Keywords:** audiodescription; Information Science; memory.

## **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho apresentado baseia-se na pesquisa de tese<sup>1</sup> ressaltando nesse recorte a informação audiodescritiva e os percursos sobre a acessibilidade e a memória da Audiodescrição (AD) com base nas teorias, práticas e técnicas da Ciência da Informação (CI), em prol da relevância do uso desse recurso no desenvolvimento de políticas de inclusão social e acessibilidade, por meio da AD nas cenas culturais.

A AD é uma tradução intersemiótica, também caracterizada como uma tecnologia assistiva que proporciona autonomia e independência a pessoa com deficiência visual, como também a pessoas com deficiência intelectual, disléxicos e idosos, por meio da tradução de signos visuais em verbais, minimizando assim, a lacuna entre o som e a imagem nas cenas sociais, culturais, políticas, de lazer, econômicas, profissionais, dentre outras.

O recurso da AD produz a informação audiodescritiva em prol da acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiência visual, por isso neste trabalho o objetivo geral que norteou o estudo buscou compreender como é possível, por meio do conceito de informação audiodescritiva trilhar percursos que possibilitem o desenvolvimento de uma política de acessibilidade e o desenvolvimento da memória do campo. Os objetivos específicos que contribuíram para alcançar o objetivo geral basearam-se em caracterizar o perfil do audiodescritor e suas habilidades no que se refere as ações de acessibilidade e da preservação da memória da AD; e identificar como os profissionais da CI, com as teorias, técnicas e práticas da área, podem desenvolver o conceito de informação audiodescritiva, auxiliando na preservação digital da memória da AD e na ampliação do uso do recurso como uma política

---

<sup>1</sup> O trabalho refere-se à finalização da pesquisa de tese, defendida em 2021, intitulada “Informação audiodescritiva e a preservação digital: uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a Audiodescrição”.

de inclusão social e acessibilidade. Como problemática destaca-se a necessidade de analisar o diálogo entre a CI e a AD em prol da disseminação da informação audiodescritiva, ampliando as políticas de inclusão social e acessibilidade em equipamentos culturais.

Em um outro momento já foi apresentado neste GT uma das discussões realizadas na tese da Autora, defendida em 2021, sobre o desenvolvimento da memória da AD, por meio das teorias e técnicas da CI, já neste ano, o diálogo perpassa pela percepção da informação audiodescritiva como um caminho possível para desenvolver a acessibilidade e a memória da AD na sociedade, disseminada principalmente nos equipamentos culturais, como nos museus, bibliotecas e arquivos. Assim, para compreender esse estudo utilizou-se caminhos metodológicos baseados na pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva, por meio do método de abordagem dialético materialista. O universo da pesquisa é formado pela totalidade das universidades federais e estaduais que pesquisam e trabalham a AD e pelos programas de pós-graduação em CI brasileiros; as técnicas de coleta de dados utilizados foram baseadas na pesquisa bibliográfica e nos questionários *online*; e os procedimentos aplicados ao conjunto de dados coletados foram qualitativos com base na análise de discurso.

O referencial teórico utilizado baseou-se, principalmente, nos seguintes autores, a partir de suas representatividades nas temáticas estudadas: Sassaki (2009 e 2011); Nunes, Dandolini e Souza (2014); Franco (2010); Motta e Romeu filho (2010); Franco e Silva (2010); Buckland (1991); Halbwachs (1990); Le Goff (1990); e Oliveira; Rodrigues (2017). Assim, com base nas teorias apresentadas pelos autores supracitados, entende-se que o conceito de informação audiodescritiva permite a AD uma nova perspectiva no desenvolvimento da acessibilidade para pessoas com deficiência visual e na memória do campo.

## **2 O PAPEL DA AUDIODESCRIÇÃO NA SOCIEDADE**

O recurso da AD é um tipo de tecnologia assistiva, caracterizada como uma atividade de mediação linguística, identificada como uma modalidade intersemiótica, que possibilita a realização de uma tradução audiovisual, transformando signos visuais em verbais. Assim, o recurso da AD tem como objetivo detalhar o que se passa nos ambientes sociais, de forma direta e sem julgamentos, possibilitando a compreensão das expressões faciais, corporais, a estética da cena e dos personagens que compõem a cena em questão, proporcionando que a

peessoa com deficiência visual participe daquele momento de forma integral, sem tantas perdas, provocadas pela falta do som.

A AD possibilita que esse público adquira e desenvolva sua própria subjetividade e interpretação sobre a cena social, pois passa a ter acesso às imagens, por intermédio do som, inserida de forma harmoniosa, sem sobrepor os diálogos existentes na cena, realizado pelo papel do audiodescritor (profissional que realiza a AD), podendo ser utilizada em filmes, peças teatrais, espetáculos de dança, óperas, mostras, exposições em museus, programas de TV, obras de arte, eventos esportivos, acadêmicos (aulas, palestras, congressos etc.), dentre outros, permitindo a possibilidade efetiva da inclusão social e acessibilidade desse público (Motta; Romeu filho, 2010).

A Autora nesses anos de dedicação ao estudo da temática da AD, iniciou a análise pensando no campo enquanto uma tecnologia audiovisual que apresenta uma informação audiodescritiva, depois buscou entender a efetivação do diálogo entre a CI e a AD, conceituando informação audiodescritiva pelas bases teóricas da CI, em prol da preservação digital e da salvaguarda da memória do campo, além de avaliar a produção acadêmica da CI sobre a AD. Essas reflexões permitiram construir esse trabalho, compreendendo que o histórico ainda recente da AD brasileira influencia nessa lacuna sobre as discussões no campo e sobre a construção da sua memória, como também estabelece obstáculos para ampliação da disseminação da informação audiodescritiva no Brasil e para o desenvolvimento das políticas de inclusão social e acessibilidade.

Ao falar em acessibilidade deve-se compreender que o conceito caracteriza seis dimensões sociais, aqui destacadas as três mais relevantes para este estudo: “arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência)” (Sassaki, 2009, p. 1-2). O processo da acessibilidade deve ser analisado como “[...] uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana” (Sassaki, 2009, p. 2). Quando refere-se ao conceito de inclusão social compreende-se neste trabalho que este processo acontece quando a sociedade busca adequar seus padrões, se tornando acessível para atender às necessidades do público com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual (Sassaki, 1999). Já ao se referir ao conceito de acesso, entende-se que trata da possibilidade

de abranger algum lugar ou alguma coisa/cena social como qualquer outro indivíduo sem deficiência (Sassaki, 2009).

Ao compreender o papel da AD como uma tecnologia assistiva que propicia a autonomia e a independência das pessoas com deficiência visual, ampliando a participação desse público no contexto social ao qual fazem parte, destaca-se o conceito de Nunes, Dandolini e Souza (2014) afirmando que “[...] As tecnologias assistivas propiciam aos seus usuários inclusão social porque lhes permitem mobilidade e acesso aos ambientes ocupados pelos demais”. Então, a prática do uso dessas tecnologias possibilita a efetivação das políticas em prol da inclusão social e da acessibilidade de recursos como o da AD que auxilia o público com deficiência visual acessar as cenas sociais.

A AD vem sendo desenvolvida e pesquisada pelos grupos e núcleos de pesquisa acadêmicos, que atuam nas universidades estaduais e federais com base na “Educação Especial, as Tecnologias Assistivas e os Estudos da Tradução, mais especificamente a Tradução Audiovisual (TAV)”, envolvendo os profissionais das áreas de Letras, Pedagogia e Comunicação (Franco, 2010, p. 2). A AD apresenta uma história de mais de 30 (trinta) anos de pesquisas por diversos países, como Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, França, Portugal, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Suíça, Canadá, Austrália, Japão e Argentina têm uma importante colaboração no desenvolvimento do tema. O Brasil, nesse contexto histórico, soma aproximadamente 20 (vinte) anos de atuação com o uso profissional e acadêmico do recurso.

Observa-se a necessidade de efetivas mudanças no campo da AD, deixando-se claro que o Brasil, ainda não se adequou ao lema “Nada sobre nós sem nós”, elaborado no ano de 1981, intitulado o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que busca participação plena e igualdade para esse público. Esse lema significa que “nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência” (Sassaki, 2011). Logo, entender como o conceito de informação audiodescritiva pode possibilitar novos caminhos para acessibilidade e memória da AD, compreendendo a relevância desse recurso na implementação de políticas de inclusão social e acessibilidade para o público com deficiência visual é fundamental para ampliação do uso da AD em bibliotecas, arquivos e museus.

Ao pensar na construção do conceito de informação audiodescritiva, a partir dos conceitos de AD, CI, informação e memória, propõe-se desenvolver uma percepção desse campo em prol das ações de preservação digital e políticas de salvaguarda da memória da AD

brasileira por longo prazo. O conceito poderá embasar a necessidade do uso da AD nas cenas sociais, pois ao compreender que toda AD produz uma informação audiodescritiva, processo necessário para acessibilidade e inclusão social de pessoas com deficiência, esse trabalho destaca a relevância da disseminação dessa informação nas bibliotecas, nos arquivos e nos museus, ou seja, em equipamentos culturais que têm um importante papel social e precisa atender a todos os leitores sem distinção.

Compreende-se que a informação audiodescritiva é a representação do conteúdo da AD, ou seja, os metadados e dados, transformados em informação, pelo trabalho de tratamento da informação. Identifica-se nesse trabalho a informação como um processo que se desenvolve quando o indivíduo é informado e aquilo que conhece é modificado, ou seja, quando sua realidade é transformada (Buckland, 1991).

A CI por ter expertise no processo informacional, pode auxiliar na disseminação da AD e dos seus conteúdos informacionais audiodescritos que sempre apresentam em seus metadados uma informação audiodescritiva, como também na organização, na representação e na recuperação dessa informação, ampliado o acesso ao recurso da AD e possibilitando a preservação digital e a salvaguarda do recurso. Esse processo de preservação refere-se a um conjunto de ações que incentivam a integridade, autenticidade, manutenção e acesso por longo prazo de conteúdos; já à preservação digital demonstra que essas ações têm de perdurar durante as diferentes gerações tecnológicas, com independência de alterações de suportes ou formatos digitais (Arquivo Nacional, 2006). Ao pensar em salvaguarda, adota-se nesse trabalho o conceito que aborda esse tema como políticas que se propõem a garantir a preservação, indo além das ações da preservação (Ferreira, 2019), assegurando a permanência da memória de um povo e sua cultura (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 2018).

O conceito de memória é elo que embasa o diálogo entre a CI e a AD, pois o conceito de memória estudado pela CI pode auxiliar na preservação digital e na salvaguarda da memória da AD e conseqüentemente no fluxo informacional gerado pela informação audiodescritiva. A memória tem um significado embasado em lembranças e por vestígios históricos, podendo ser individual, coletiva e histórica (Halbwachs, 1990). O autor relata que a memória coletiva é formada por datas e listas de fatos históricos e a memória histórica é identificada por uma sequência de acontecimentos, sobre os quais a história nacional conserva a lembrança, logo há uma escolha dos contextos que serão ou não preservados

(Halbwachs, 1990, p. 39 e 54). Por isso, a memória histórica não pode ser considerada como memória coletiva, assim, compreende-se a necessidade de preservar ambas as memórias, pois se complementam e podem atender de forma mais específica ao campo da AD.

O conceito de memória na CI é um tema relevante e que caracteriza e demonstra os processos de registros e armazenamentos da informação para acessos futuros e contínuos, permitindo que o cidadão compreenda seu passado, construa seu presente e possa refletir sobre o seu futuro, a partir dos conteúdos a que têm acesso.

Compreende-se que a elaboração dos aspectos da memória de uma comunidade perpassa sobre técnicas que propiciam o registro e o armazenamento de informações, como é o caso da implementação de ações de preservação digital e políticas de salvaguarda dos conteúdos elaborados nas diversas áreas e campos do saber. Logo, deve-se salientar que “As limitações da memória humana levaram o homem a buscar, em recursos externos, as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento” (Oliveira; Rodrigues, 2017, p. 17), assim, destaca-se o papel dos ciberespaços, dos repositórios digitais, dentre outras ferramentas tecnológicas que permitem esse avanço e essa construção da memória de uma sociedade.

Entende-se que as memórias coletiva e histórica podem ser identificadas como lugares de memória. Essa terminologia utilizada por Nora (1993) é relevante para as reflexões deste trabalho que identifica que esses lugares são caracterizados como ambientes que possuem significados, ou seja, podem ser notados como ambientes materiais e simbólicos, que preservam registros, como por exemplo as bibliotecas, os museus e os arquivos. No caso específico da AD, compreende-se que os registros do campo direcionados pelas ações de preservação digital e políticas de salvaguarda, em ambientes digitais, que proporcionem o acesso à memória por longo prazo, unificados as ações dos equipamentos culturais em espaços físicos, é o que irá caracterizar o lugar de memória da AD, que será construído quando sua informação audiodescritiva for preservada e consequentemente suas memórias coletiva e histórica estarão passíveis de acesso para o público com deficiência.

Os repositórios digitais, atualmente podem ser exemplos de lugares de memória, pois são construídos por *softwares* de acesso e preservação, responsáveis por materializar as informações na sociedade atual, sendo uma possível solução para o desenvolvimento da memória da AD brasileira, pois permitirão que as informações sejam acessadas por longo prazo, caso sigam as normas nacionais e internacionais de arquivo. As bibliotecas, os arquivos

e os museus podem adotar as suas estratégias de gestão a adoção de ambientes digitais que sejam a extensão dos seus serviços para ampliar o acesso das pessoas com deficiência visual.

Conceitua-se, então, a partir das temáticas sobre informação, CI, AD e memória

o conceito de informação audiodescritiva como um tipo de representação muito específica para a organização, tratamento e recuperação de conteúdos informacionais audiodescritos, cujos metadados de representação sempre incluem uma AD, ou seja, uma tradução audiovisual de signos visuais em signos verbais que preenche a lacuna entre o som e a imagem para as pessoas com deficiência visual, intelectual, disléxicos e idosos. [...] O conceito proposto, elaborado com base nas teorias, técnicas e práticas da CI, tem o objetivo de formular as representações adequadas que nos permitirão o acesso por longo prazo às memórias coletiva e histórica das AD brasileiras, como resultado de ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda nos conteúdos informacionais audiodescritos [...] (Conceição, 2021, p. 57).

As ações de preservação digital e políticas de salvaguarda permitirão que a memória da AD possa ser acessada por longo prazo, permitindo o acesso ao conteúdo audiodescrito produzido e com isso possibilitará o desenvolvimento social e fortalecerá o discurso de um público identificado como minoria social, auxiliando a inserção do recurso em bibliotecas, arquivos e museus, ressaltando a necessidade da disseminação da informação audiodescritiva como forma de ampliação do uso dessa tecnologia assistiva e como um reforço na política de inclusão social e acessibilidade desse público. A seguir serão detalhados os caminhos metodológicos que propiciaram a análise da temática proposta.

### **3 METODOLOGIA**

Os caminhos metodológicos basearam-se no estudo da tese, delineando este trabalho enquanto uma pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva, por meio do método de abordagem dialético materialista. Compreende-se a pesquisa qualitativa na realidade das ciências humanas e sociais, referindo-se a compreensão de contextos, discursos e opiniões que auxiliam na produção textual, na qual “[...] o dado qualitativo é uma estratégia de mensuração de atributos, ou seja, o objeto (o objetivo) da mensuração não é o objeto (a coisa em si), mas seus predicados” (Pereira, 1999, p. 30). A modalidade qualitativa permite correlacionar as informações obtidas com os diversos contextos aos quais o pesquisado está inserido e é influenciado, trazendo subjetividade na análise.

O método de abordagem materialista permitiu compreender a totalidade dos fatos, analisando como o contexto histórico, social, cultural, político e econômico influencia no desenvolvimento do campo da AD brasileira e na construção do conceito de informação audiodescritiva para ampliar o crescimento da memória desse campo, por meio de um olhar histórico e totalizante (Konder, 1992). O universo da pesquisa baseia-se na totalidade das universidades federais e estaduais que pesquisam e trabalham a AD e pelos programas de pós-graduação em CI brasileiros. A análise foi embasada nos grupos e núcleos de pesquisa que desenvolvem pesquisas sobre AD no Brasil, nas universidades federais e estaduais. Nesses grupos os líderes e vice-líderes e os membros foram submetidos a questionários *online*. No âmbito da CI pesquisou-se o discurso dos discentes e docentes dos Programas de Pós-Graduação em CI (PPGCI) brasileiros que possuem mestrados e(ou) doutorados acadêmicos, reconhecidos e avaliados pela Plataforma Sucupira (aos quais foram submetidos apenas o questionário *online*). Assim, o recorte aqui realizado da pesquisa de tese permitiu contemplar a análise do público da CI (pesquisadores e profissionais) e da AD (caracterizando o perfil do audiodescritor) para compreender como o conceito de informação audiodescritiva pode auxiliar a trilhar percursos que possibilitem o desenvolvimento de uma política de inclusão social e acessibilidade, além do desenvolvimento da memória do campo.

Retrata-se na análise do universo da pesquisa da AD a totalidade das universidades públicas inicialmente selecionadas – 110 ao total, caracterizando em 68 (sessenta e oito) instituições federais e 42 (quarenta e duas) – estaduais (contatadas no período de maio de 2018 a maio de 2019); já o universo da pesquisa da CI englobou os PPGCI brasileiros que possuem mestrados e doutorados acadêmicos alcançando o quantitativo de 17 (dezessete) instituições (entre 14 – quatorze – federais e três estaduais), pesquisados na Plataforma Sucupira nos meses de maio e junho de 2019).

A técnica de coleta de dados que auxiliou a construção deste trabalho foi baseada em uma pesquisa bibliográfica e na aplicação de questionários *online*; já os procedimentos aplicados ao conjunto de dados coletados foram qualitativos com base na análise de discurso, no qual foi possível analisar a totalidade dos fatos que envolvem as informações obtidas nos discursos dos pesquisados da AD e da CI, entendendo que, além do discurso, há também os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que influenciam essa narrativa discursiva do indivíduo (Pêcheux, 2015). Os critérios utilizados foram baseados nas teorias de Pêcheux (2015), direcionados pelas seguintes etapas: escolha do tema; definição e organização do

corpus (objetiva-se identificar os sujeitos enunciadore da pesquisa); análise (busca-se organizar os dados para o levantamento de questões de trabalho); e a escrita da análise com base no corpus pesquisado.

No desenvolvimento da pesquisa de tese que contribui com esse trabalho destaca-se dois momentos, nos quais, inicialmente realizou-se o levantamento de dados bibliográficos, utilizando livros, teses e artigos pesquisados nas bases de dados da CI (em periódicos e bases que contém anais de eventos) para proporcionar um entendimento referente aos conceitos que constituem a temática; já no segundo momento, aplicou-se questionários *online* para os grupos e núcleos de pesquisa das universidades federais e estaduais que trabalham ativamente com o recurso da AD, analisando a totalidade do universo, por meio de uma perspectiva qualitativa e quantitativa. Essa ação foi feita em paralelo com a aplicação de outro questionário *online*, ambos no período de julho a outubro de 2019, direcionado aos PPGCI brasileiros que possuem mestrados e/ou doutorados acadêmicos, também pelo viés da análise qualitativa-quantitativa.

Assim foi possível compreender e analisar os caminhos entre acessibilidade e a memória no contexto do conceito de informação audiodescritiva e o desenvolvimento da preservação digital e políticas de salvaguarda desse campo da AD, por meio do uso de repositórios digitais confiáveis e a sua relevância quando aplicada nos equipamentos culturais, como museus, bibliotecas e arquivos, em prol das políticas de acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência visual. Assim, a seguir serão apresentados a análise dos resultados obtidos pelo caminho metodológico traçado.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Diante a análise de dados, percebe-se que essa possibilidade do diálogo entre a CI e a AD pode ser efetuada, quando entende-se a percepção de Le Goff (1990) que afirma a concepção da memória como antídoto do esquecimento, logo compreende-se que é necessário estabelecer caminhos que propiciem o acesso a memórias de determinadas áreas ou campos do saber, em específico, no atualidade, na qual os mecanismos digitais são essenciais para manter os conteúdos acessíveis, permitindo que o acesso a eles e as informações ali disseminadas possam promover uma transformação nos sujeitos da informação, por meio do uso desse recurso nas bibliotecas, nos museus e nos arquivos.

As ações de preservação digital e as políticas de salvaguarda, implementadas e impulsionadas pelas tecnologias de comunicação e informação são relevantes para a permanência por longo prazo da memória da sociedade; e como a memória na CI é um tema importante e que deve ser debatido e pesquisado pelos profissionais da área, já que seu objeto de estudo é a informação e suas nuances que podem ser analisadas a partir dos registros, armazenamentos e da possibilidade de acesso para que o indivíduo possa participar e compreender o presente e refletir sobre possíveis situações futuras, entende-se que os locais que trabalham com a disseminação da informação, como bibliotecas, arquivos e museus, não podem ficar a parte da inclusão do uso da informação audiodescritiva e dos debates sobre a importância da construção memória da AD.

As ações de preservação digital demonstram que “As limitações da memória humana levaram o homem a buscar, em recursos externos, as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento” (Oliveira; Rodrigues, 2017, p. 17), logo pensar no ciberespaço e nas possibilidades de novas ações de transmissão, acesso e registros da informação no meio digital (nasce analógico e se torna digital) e virtual (já nasce no ambiente virtual) possibilitadas por esse ambiente impulsiona o papel social da CI, como uma área responsável pela organização da informação para promover o acesso e, conseqüentemente, o registro, entendendo que a área deve promover diálogos para efetivação da materialização desses conteúdos no ambiente digital, por meio das ações de preservação digital e de políticas de salvaguarda.

O espaço virtual e digital vem demarcando e construindo a memória da consciência humana. Observa-se que nos processos de recuperação e organização da informação “[...] a memória aparece não só como componente cognitivo, mas também como produto dos processos informacionais [...]” (Oliveira; Rodrigues, 2017, p. 19). Esse produto e a divulgação dessa memória é permitida pelo avanço tecnológico, logo os ambientes de preservação digital se tornam uma extensão da memória do indivíduo e possibilitam reconhecer o passado, entender o presente e planejar e implementar ações futuras de um determinado segmento social quando aliado a políticas de salvaguarda.

Entende-se, então, que a AD se estabelece nesse processo como uma possibilidade de oferecer ao público com deficiência visual informações sobre aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que podem auxiliá-las a formar sua cidadania. Assim, “[...] a preservação digital e as políticas de salvaguarda dos conteúdos informacionais audiodescritos

permitirão que a AD constitua a sua memória, facilitando o acesso às informações audiodescritivas como um recurso inclusivo e de acessibilidade [...]” (Conceição, 2021, p. 108). Observou-se no discurso dos pesquisados que essas ações auxiliarão no desenvolvimento de um público pertencente a uma minoria social (pessoas com deficiência visual), a desenvolver o seu discurso sobre o contexto material atual, compreendendo a relevância da informação audiodescritiva e da preservação digital e salvaguarda dessa memória, apoiada pelas estratégias do ambiente digital que mantém essa memória acessível por longo prazo.

Assim, percebeu-se que os equipamentos culturais devem dialogar com esses recursos digitais que possibilitam a disseminação da memória da AD, incluindo em suas programações culturais o recurso e possibilitando essa inclusão social e a acessibilidade nos ambientes físicos e digitais/virtuais em que os museus, bibliotecas e arquivos possuam e disponibilizem seus serviços.

A sociedade atual valoriza o saber aliado as tecnologias da informação e da comunicação, por isso diante as técnicas e procedimentos adotados nota-se a relevância dos profissionais da CI em dialogar e compreender o uso desses recursos de tecnologia assistiva, como é o caso da AD, para continuar promovendo e ampliando em alguns casos o acesso à informação de uma forma mais abrangente, realmente atingindo a todos os públicos, sem distinção por essas pessoas possuírem alguma deficiência ou não. A seguir, com bases na compreensão das seções anteriores será exposto as considerações finais sobre este trabalho.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao buscar compreender como é possível, por meio do conceito de informação audiodescritiva, trilhar percursos que possibilitem uma política, envolvendo a inclusão social, acessibilidade e o desenvolvimento da memória do campo da AD, além de analisar como o diálogo entre a CI e a AD podem ampliar a disseminação da informação audiodescritiva, percebeu-se que se houver um esforço mútuo e interdisciplinar entre os profissionais há possibilidade de se vislumbrar uma nova realidade da AD, incluída nos serviços oferecidos pelos equipamentos culturais, aliados as ferramentas de tecnologias da informação e da comunicação.

A AD e sua informação audiodescritiva proporciona um avanço na cidadania da pessoa com deficiência visual, permitindo ampliar a participação desse público na sociedade,

participando dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais de forma mais igualitárias, inclusiva e acessível. Esse processo da cidadania envolve direitos e deveres, ou seja, na sociedade atual a legislação assegura os direitos e os deveres do cidadão com deficiência visual, o que é preciso é transformar-se o discurso jurídico em prática.

A AD no cotidiano das ações e serviços realizados pelas bibliotecas, arquivos e museus, possibilitará que o papel social desses ambientes sejam cumpridos e que a atuação desse indivíduo como cidadão realmente aconteça, fazendo parte do contexto social ao qual faz parte de forma integrante e autônoma, por meio da informação audiodescritiva, incluindo esses indivíduos nos espaços culturais para que possam ter voz e seguir lutando pela implementação do recurso em outros ambientes sociais, já que poderão ter mais acesso a AD e seus benefícios inclusivos e de acessibilidade.

Os resultados encontrados demonstram que ainda há um longo percurso para que os caminhos da acessibilidade e da memória da AD estejam próximos do ideal e realmente auxiliem na inclusão social da pessoa com deficiência visual. Conclui-se que a CI com suas expertises na organização, representação e recuperação da informação pode dialogar com a AD e ampliar as políticas de inclusão social e acessibilidade, por meio da disseminação da informação audiodescritiva.

Observa-se que há um desafio designado aos profissionais da CI ao dialogar e pensar na organização, representação e disseminação da informação, pois a sociedade valoriza a rapidez nas trocas informacionais, mas ao mesmo tempo necessita-se de permanência e registro dos fatos históricos ocorridos, pois são eles que trazem representatividade e reconhecimento a uma comunidade e embasa seu passado. A disseminação da informação audiodescritiva e consequentemente as ações de preservação digital e políticas de salvaguarda da memória da AD irão colaborar com desenvolvimento de políticas nas bibliotecas, arquivos e museus que poderão utilizar o recurso para ampliar a acessibilidade comunicacional dos produtos e serviços oferecidos, seja no âmbito do espaço físico ou digital.

Os resultados encontrados nesse trabalho demonstram que os objetivos do estudo foram alcançados e a problemática respondida com base nos procedimentos metodológicos empregados, os quais auxiliaram a entender que ainda há um longo percurso para sociedade conseguir garantir uma proximidade entre os caminhos da acessibilidade e da memória da AD e consequentemente propiciar uma amplitude nas ações de inclusão social da pessoa com deficiência visual nos equipamentos culturais.

Conclui-se com base nos 10 anos de estudos no campo da AD realizados pela Autora, entre a atuação como pesquisadora no Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informações Digitais (CRIDI), unidos aos período de pesquisa no mestrado e no doutorado, que a CI com suas expertises na organização, representação e recuperação da informação pode dialogar de forma interdisciplinar com a AD e ampliar as políticas de inclusão social e acessibilidade, por meio da disseminação da informação audiodescritiva e atender as necessidades informacionais das pessoas com deficiência visual.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Pesquisa internacional sobre documentos arquivísticos autênticos em sistemas eletrônicos**. Rio de Janeiro: Interpares/Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [http://www.interpares.org/display\\_file.cfm?doc=ip1-2\\_dissemination\\_ws\\_rocha~rondinelli\\_2006.pdf](http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip1-2_dissemination_ws_rocha~rondinelli_2006.pdf). Acesso em: 8 jun. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [www.arquivonacional.gov.br/br/publicacoes/publicacoes.../nobra-de-detail.html](http://www.arquivonacional.gov.br/br/publicacoes/publicacoes.../nobra-de-detail.html). Acesso em: 4 jun. 2024.

BUCKLAND, Michael K. Informação como Coisa. Tradução livre de Luciane Artêncio. 1. sem. 2004. Tradução de: BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New Jersey, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: [https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf). Acesso em: 20 maio 2024.

CONCEIÇÃO, Tamires Neves. **Informação audiodescritiva e a preservação digital: uma análise do diálogo entre a Ciência da Informação e a audiodescrição**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34159>. Acesso em: 22 jun. 2024.

COSTA, Larissa Magalhães. **Audiodescrição em filmes: História, discussão conceitual e pesquisa de recepção**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Flávia Catarino Conceição. **Os conceitos da "salvaguarda" e de "repositório digital de preservação" na área de Ciência da Informação "garantias" para o estabelecimento de proteção estatutária do patrimônio informacional público nato-digital**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29466>. Acesso em: 22 maio 2024.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (org.).

**Audiodescrição - Transformando Imagens em Palavras.** São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Grupo de Estudos Sobre Cultura, Representação e Informação Digitais. **Iniciativa Legatum.** Salvador: CRIDI, 2013. Disponível em: <https://cridi.ici.ufba.br/institucional/>. Acesso em: 22 maio 2024.

GIL, Marta. **Acessibilidade, Inclusão Social e Desenho Universal:** tudo a ver. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/martagil>. Acesso em: 15 maio 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. **Salvaguarda.** Salvador: IPAC, [2018]. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/patrimonio-cultural/salguarda>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.p. 224-250.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Métodos específicos das ciências sociais. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (org.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. São Paulo: Departamento de História, PUC-SP, 1993. p. 7-28.

NUNES, Vergara Elton; DANDOLINI, Aparecida Gertrudes; SOUZA, Arthur João. As tecnologias assistivas e a pessoa cega. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 15, n. 1, fev. 2014.

OLIVEIRA, Eliana Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória:** interfaces no campo da informação. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos:** estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: EVA, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós:** da integração à inclusão. 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/nada-sobre-nos>. Acesso em: 24 maio 2024.